

A ECONOMIA AÇUCAREIRA NA PROVÍNCIA DE TUCUMÁN (ARGENTINA): DAS ORIGENS JESUÍTICAS AO GRANDE BOOM DO SÉCULO XIX

Prof. Dr. Nicélio César Tonelli

A cidade de San Miguel de Tucumán foi fundada em 1565 por Diogo Villaroel, distando cerca de 1.100 km de Buenos Aires. Tornou-se capital da província de Tucumán em 1680, a qual foi gradativamente desmembrada para originar as províncias de Salta, Santiago del Estero e Catamarca.

Favorecida pela localização, visto que situada a meio caminho entre o porto de Buenos Aires e as minas de Potosi (Bolívia), sede política e de bispado, a cidade de San Miguel de Tucumán rapidamente se desenvolveu, mantendo um intenso comércio com o Alto Peru e o estuário do rio da Prata. Tal fato fez com que a Província de Tucumán fosse conhecida, popularmente, como “Jardim de La República Argentina”, na medida em que sempre concentrou grande diversidade produtiva para abastecer os mercados regionais.

Sabendo-se que o cultivo da cana-de-açúcar, bem como sua transformação local em açúcar, melação e álcool, através da montagem de engenhos, desempenhou papel de destaque na economia da Província de Tucumán e no interior da economia nacional argentina, cabe analisar a economia açucareira argentina desde as origens jesuíticas ao grande boom do século XIX.

Após a fundação da cidade de San Miguel de Tucumán e devido à chegada de vários colonos espanhóis que encontravam dificuldades para reduzir os indígenas locais ao trabalho na lavoura, o bispo de Tucumán, na década de 1580, Francisco de Victória, dominicano português de origem judaica, solicitou a vinda de jesuítas para a região com o intuito de evangelizar os nativos e tornar efetiva a colonização.

Assim, em 1585, chegaram os primeiros jesuítas. Estes se estabeleceram próximos a San Miguel, fundando o convento de San José de Lules, no caminho da cidade de Córdoba, sede da Província de mesmo nome.

A data da introdução do cultivo de cana-de-açúcar é desconhecida, porém é certo que foram os jesuítas de San José de Lules que a trouxeram e plantaram em suas propriedades. Com o tempo, alguns colonos espanhóis, também, começaram o mencionado cultivo. Assim, em 1679, registrou-se a exportação de 6 toneladas de açúcar para fora da província de Tucumán, mantendo-se a média exportadora de 6 a 8 toneladas anuais, até a expulsão dos jesuítas em 1767 (Morner, 1985 : 150). Ao que tudo indica, antes mesmo de 1679 se exportava açúcar, porém em menor quantidade. Há falta de documentos com indicações mais precisas. Por que os jesuítas optaram pelo cultivo da cana? Quem a cultivava? Qual o papel dos colonos espanhóis neste cultivo? O que ocorreu após a expulsão dos jesuítas?

A resposta à primeira questão só pode ser vislumbrada diante da compreensão da inserção específica da Província de Tucumán no interior do comércio colonial. Já informou-se que a região estava privilegiadamente localizada. O desenvolvimento da exploração da prata nas minas de Potosi e a conseqüente especialização econômica fazia com que esta área mineradora demandasse vários artigos para seu consumo diário, destacando-se os têxteis e a carne. Os colonos espanhóis de Tucumán, visto que não encontraram minas de nenhuma espécie, procuraram satisfazer àquela necessidade em troca de moedas de prata, as quais permitiam a importação de vários artigos da metrópole. Assim esses colonos se dedicaram à atividade criatória para vender carne, sebo, queijos e artigos de couro, dando origem a um incipiente e importante artesanato. O algodão e a criação de ovelhas acompanhou este processo, desenvolvendo-se as famosas “obrajes” têxteis de Tucumán, que abasteciam os índios mineradores de Potosi e arredores. Por outro lado, havia demanda, também por parte de Córdoba, Rosário e Buenos Aires, para os citados artigos. Não seria demais lembrar que Tucumán enviou ao Rio de Janeiro, no século XVII, prata, artigos de couro, cobertores

e lençóis, comprando, em compensação, artefatos de ferro, escravos negros e açúcar! (Garcia, 1982 : 24).

Portanto, é óbvio que esse intenso comércio estimulou o crescimento urbano de San Miguel de Tucumán, gerando novas necessidades, entre elas, o abastecimento de açúcar, importante e caro gênero alimentício de consumo diário. Os jesuítas, extremamente perspicazes, logo perceberam o significado do lucrativo comércio que poderia ser auferido pelo cultivo da cana, isto mesmo antes do término do século XVI. Inicialmente abasteceram San Miguel, depois, já no começo do século XVII, exportaram para o Alto Peru (Morner, 1985 : 151). As excelentes condições climáticas e topográficas de San José de Lules, ao sopé de Sierra del Aconquija, garantiam a produção canavieira e seu processamento em engenhos construídos como quebracho, madeira abundante da região, e movidos com bois e índios.

É importante ressaltar que a produção de carretas tucumanas foi famosíssima no Rio da Prata e no Alto Peru, servindo para transportar mercadorias, ao lado de tropas de mulas e bois. Boa parte desta produção estava em mãos dos jesuítas, facilitando, ainda, o escoamento do açúcar por eles produzido (Palacio, 1988 : 64). E mais, as crescentes limitações ao comércio de Buenos Aires com o Brasil, desde 1640, serviram como uma “barreira protecionista” para o açúcar tucumano, cujo incremento produtivo só não foi maior devido à concorrência do litoral peruano e o predomínio, na ocupação das terras provinciais, de colonos espanhóis que preferiam se dedicar ao algodão e à criação de gado, salvo raras exceções.

No que tange ao cultivo da cana-de-açúcar, os jesuítas desenvolveram uma organização aldeã comunal. Cada família indígena possuía uma parcela individual de terra para o cultivo de gêneros de subsistência e, em forma de rodízio, dedicavam-se ao trabalho do cultivo da cana nas terras comuns. A manufatura do açúcar era feita, também, por indígenas e espanhóis assalariados. O lucro obtido na venda do açúcar, principal mercadoria comercializada pelos jesuítas de San José de Lules, que também produziam carretas e tecidos de algodão, era destinado ao pagamento dos funcionários assalariados,

reposição dos instrumentos de trabalho, manutenção dos serviços religiosos e compra de artigos, no exterior, que o convento não produzia e que eram necessários ao bom andamento do trabalho missionário. Destarte, os jesuítas de Tucumán utilizavam basicamente mão-de-obra indígena para o serviço da cana em suas propriedades (Cardoso, 1985 : 51).

Quanto aos colonos espanhóis que cultivavam a cana, os quais se organizavam em forma de trabalho familiar, entregavam-na, na época da moagem, aos engenhos dos jesuítas. Estes engenhos, muito primitivos, desperdiçavam boa parte do suco, eram formados por três cilindros verticais, construídos em madeira quebracho, e movidos por bois ou mulas, obviamente com auxílio indígena ou branco. Subordinados aos jesuítas, estes colonos, freqüentemente reclamavam ao poder público, em vão (Rennie, 1975 : 142). De qualquer modo, acreditamos que deveria haver um certo acordo, pois estes colonos, ao que sabemos, não abandonavam o cultivo da cana, fato que demonstra, também, a obtenção de uma margem considerável de lucro, apesar do monopólio jesuítico da moenda.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1767, o cultivo da cana-de-açúcar rapidamente declinou por causa da “natural” desorganização da produção, o que facilitou a concorrência dos engenhos do litoral peruano, mais modernos, e porque as vicissitudes da mineração na região de Potosi reduziram o consumo, além da criação do Vice-Reinado do Prata, em 1776, que reorganizou o comércio regional, beneficiando a entrada do açúcar cubano em troca de carne seca. É claro que, também, houve uma luta desenfreada entre a elite criolla para se apropriar das terras e dos indígenas deixados pelos jesuítas, contribuindo ainda mais para desarticular a produção pré-existente.

De qualquer modo, em 1821, o bispo José Eusébio Colombres, congressista de 1816, por ocasião da declaração da independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, reintroduziu o cultivo da cana-de-açúcar na Província de Tucumán, cômico de que era uma das alternativas para redinamizar a região, em especial, numa época marcada por guerras civis, dificuldades para o comércio internacional e en-

carecimento da mercadoria em função dos desastres agrícolas causados pelas lutas em torno das independências latino-americanas, tanto é que foi considerado, a posteriori, “ciudadano benemérito” pelo governo provincial. Ele trouxe mudas de Cuba e plantou em sua quinta, hoje Museu no Parque 9 de Julho. Ele, também, instalou o primeiro engenho, semelhante ao do jesuítas, nesta nova fase. O objetivo inicial era abastecer o mercado consumidor provincial.

Esta primeira tentativa frustrou-se diante da invasão, em 1826, de Facundo Quiroga, caudilho da Província de La Rioja, pois este ordenou a queima dos canaviais como forma de punição ao Gen. Gregório de Lamadrid, governador de Tucumán, representante dos “unitários”, entre os quais estava o bispo Colombres. Quiroga era “federalista” e não admitia a interferência de Lamadrid na Província de Catamarca, área por ele controlada, além do que Quiroga almejava ter todo o controle das províncias interioranas do país (Pinto, 1987 : 32-34). Todavia, Colombres reorganizou o cultivo, após a saída de Quiroga, sendo acompanhado por outros “hacendados”.

Quem foram estes “hacendados” que promoveram o renascimento do cultivo da cana-de-açúcar? Qual a relação desta elite com a elite portenha? Como se organizou o cultivo e a produção de açúcar nesta fase pós-independência? Qual o papel do Estado para o boom açucareiro da Província de Tucumán? A “hacienda” hispano-americana pode ser definida como uma grande propriedade territorial possuída por um proprietário autoritário, empregando uma ampla mão-de-obra dependente, que exige pouco capital para seu funcionamento e produz para um mercado consumidor limitado, em geral, local, regional e, algumas vezes, nacional. Quanto à mão-de-obra dependente, podia variar desde o regime de arrendatário ao trabalho semi-servil em suas múltiplas facetas (Cardoso, 1985 : 46-48).

Os “hacendados” da cana-de-açúcar em Tucumán eram, na maior parte dos casos, grandes comerciantes que acumularam capitais ao longo do período colonial e que, durante as guerras de independência, resolveram investir na aquisição de terras, meio mais seguro de manter e ampliar o capital, visto que a terra é uma mercadoria

que sempre se valoriza. Desse modo, formou-se uma elite de grandes comerciantes-terratenientes, quer através do simples mecanismo de compra-venda de terras, quer pela cobrança de dinheiro emprestado a chacareiros que colocavam a terra sob hipoteca. Mesmo assim, a presença de pequenos proprietários -de origem peninsular- manteve-se significativamente com o controle de boa parte das terras provinciais (Alimonda, 1979 : 273). De fato, uma nova elite provincial estava em gestação, substituindo a hegemonia da burocracia colonial e dos chacareiros que lideraram as lutas pela independência.

A opção desta “nova elite” pelo cultivo da cana não se fez esperar. As condições físicas regionais extremamente favoráveis, o protecionismo de Juan Manuel de Rosas que controlou o país até 1852, a importância estratégica de Tucumán no comércio nacional, a disponibilidade de capital para a montagem de engenhos, apesar das dificuldades de disponibilidade de mão-de-obra regional serviram como uma fonte de estímulo ímpar. A “rota da Prata”: Potosi - Jujuy - Salta - Tucumán - Santiago del Estero - Córdoba - Rosário - Buenos Aires, sobrevivia reanimada pela expansão da pecuária na Província de Buenos Aires. O “Jardín de La República” se viu em condições propícias para se integrar ao circuito econômico nacional e, simultaneamente, satisfazer aos anseios de lucro dessa elite que acabou por assumir o poder político provincial.

Em 1853, já sob o regime da Confederação Argentina comandada pelo Gen. Justo José de Urquiza, o açúcar e a aguardente representavam 10% da produção total provincial e 10,2% das exportações provinciais, sendo a atividade criatória e seus derivados responsáveis por 39% e 39,9%, respectivamente; as manufaturas artesanais (com predomínio de têxteis) por 21% e 29%, idem; o tabaco e derivados por 9% e 12,4%; o resto da agricultura (com predomínio de algodão e milho) por 21% e 8,5%, totalizando-se 100% e 100%. Pela análise destes dados, percebe-se o papel de destaque assumido pelo açúcar e aguardente na pauta da exportação provincial, ainda mais se acrescentarmos que a intensificação do cultivo só se deu nos anos de 1830, depois de pacificada a província. O gado e couro, ativi-

dades tradicionais, apresentaram declínio contínuo desde 1830 em favor do açúcar e do tabaco. O quadro diversificado da produção exportada comprova que Tucumán era efetivamente o “Jardín de La República”. A maior parte das exportações, aproximadamente 80%, destinaram-se às outras províncias, sobretudo Buenos Aires e Córdoba; enquanto 20% se dirigiam à Bolívia (manufaturas artesanais e gado) e ao Chile (gado e tabaco) (Giménez, 1975 : 89 e seguintes).

Héctor Alimonda afirmou que, em 1859, funcionavam 24 engenhos, produzindo 300 toneladas anuais numa superfície cultivada de 191 hectares. Este ano coincidiu com a chegada do primeiro trapiche a vapor, cuja maquinária foi comprada da Inglaterra. Em 1876, a produção atingiu 3.000 toneladas, num total de 2.200 hectares, havendo 82 engenhos no ano de 1877 em funcionamento; foi o ano da conexão ferroviária entre Tucumán e Rosário. A partir de então, iniciou-se um processo de expansão da produção canavieira associado à centralização de capitais com o fechamento de engenhos movidos a mula ou bois, os quais não puderam concorrer frente aos engenhos a vapor. Basta recordar que em 1881 só sobraram 34 engenhos dos 82 existentes em 1877! Estes 34 engenhos se mantiveram acrescidos de alguns outros, até fins do século XIX. Em 1897, 44 engenhos produziam 120.000 toneladas anuais numa área de 40.000 hectares (Alimonda, 1979 : 276-277). Assim, entre 1876 e 1897, a produção cresceu 40 vezes, enquanto a área cultivada elevou-se em 18 vezes, o que implica numa alteração de 1,36 ton/hectare para 3 ton/hectare, demonstrando que houve um efetivo incremento tecnológico na produção que se tornou mais concentrada. Tal boom do açúcar transfigurou a Província de Tucumán em aproximadamente 20 anos.

Antes de prosseguir na análise deste boom, são necessários alguns esclarecimentos. Muitos chacareiros viram-se na contingência de abandonarem seus engenhos movidos a mula ou bois, como já foi visto, porém não deixaram de plantar cana, atividade cujo rendimento era crescente; sem capitais e sem grande extensão de terras que justificassem a montagem de um engenho a vapor, passaram a alugar as moendas dos grandes comerciantes-terratenienses, negociando o valor do aluguel para moer a própria cana ou, aliás, a tendência predo-

minante, passaram a vender a produção de que dispunham àqueles “hacendados”, os quais ficavam com a maior parcela do lucro, visto que esta era obtida na moagem da cana-de-açúcar. Além disto, os “hacendados”, em épocas de crise no mercado por excesso de produção, conseguiram controlar os preços, evitando que a cana dos chacareiros fosse moída. Isto explica porque o latifúndio açucareiro conviveu com a chácara canavieira levando a falsa impressão de que o acesso à terra na Província de Tucumán fosse mais democrático. A forte presença das chácaras se explica pela lógica do grande capital investido nos engenhos da região.

Outro aspecto que precisa ser abordado refere-se à crescente especialização da província na produção de açúcar, ocupando terras antes destinadas à criação de gado vacuno e lanar, tendência inclusive já manifestada desde 1830. A monocultura canavieira pôs fim ao “Jardin”, na medida em que os chacareiros passaram a participar na produção da cana, mais lucrativa do que o milho, o algodão (concorrência do Chaco) e o tabaco (concorrência de Jujuy); até mesmo a carne de Buenos Aires, agora em frigoríficos, substituiu a carne local. Era um sinal de que se constituía, na Argentina, um “mercado nacional”, ainda que subordinado aos mecanismos do capitalismo internacional sob a égide, em fins do século XIX, do Reino Unido da Grã-Bretanha.

A explicação para o boom açucareiro de Tucumán apresenta várias vertentes. O período histórico argentino posterior à queda de Rosas (1852) foi marcado pela construção de um Estado Nacional à imagem e semelhança dos interesses econômicos da elite agropecuária dos pampas e do “litoral”, comerciantes, financistas e políticos que agiam em Buenos Aires, capital, ligados, de modo diverso, aos interesses de capitalistas ingleses (banqueiros, industriais e comerciantes). Todavia, essa elite procurou associar-se e incorporar os segmentos sociais do interior do país que com ela se identificavam de algum modo. Foi o caso da elite tucumana, produtora de açúcar. O crescimento econômico nacional, mesmo que dependente da Grã-Bretanha, conseguiu articular os diferentes segmentos da oligarquia nacional, enquanto uns produziam para o mercado externo, outros se dedicavam ao mercado interno em função de leis protecionistas acertadas na cúpula

do poder político, evitando choques com o mercado internacional (Kaplan, 1974 : 216-218). Em suma, a unidade nacional argentina só pode se configurar e se consolidar tendo em vista as transformações econômicas ocorridas nos diferentes ramos da economia, nas diferentes regiões e no seio dos grupos sociais. É claro que o papel assumido pelo Estado e pelos investimentos britânicos contribuíram de modo decisivo para que houvesse a integração nacional, no caso, mediante a subordinação de Tucumán a Buenos Aires e ao “litoral” e destes ao capitalismo internacional. Vejamos esta questão mais de perto.

Foram inúmeras as fórmulas utilizadas para soldar os interesses regionais tucumanos com o centro hegemônico do país, Buenos Aires e o “litoral”. O primeiro trapiche a vapor de Tucumán, inaugurado em 1859, foi comprado pelos irmãos Juan Manuel Méndez e Juan Carlos Méndez, com o intuito de refinar a cana plantada em Concepción e Trinidad, suas respectivas propriedades. A maquinária era inglesa e foi comprada em Buenos Aires por Justo José de Urquiza, sócio dos irmãos Méndez e, simultaneamente, presidente da Confederação Argentina, além de importante proprietário de terras e criador de gado na Província de Entre-Rios. Este exemplo não deixa de ser ilustrativo da sutil forma de unificação da elite nacional argentina com o capitalismo britânico, amortecendo os choques de interesses entre o interior e o “litoral” (Rennie, 1975 : 143).

As eleições presidenciais de Nicolás Avellaneda para o período 1874/1880 e do Gen. Júlio Argentino Roca para os períodos 1880/1886 e 1898/1904, ambos da Província de Tucumán, enquanto candidaturas de consenso nacional, mas também refletem a importância econômica da mesma, acelerada por medidas destes presidentes que procuraram representá-la sem ferir, todavia, o centro.

Um dos primeiros propósitos de Avellaneda foi, justamente, unir Tucumán e Buenos Aires por ferrovia, união alcançada em 1876 por obra do governo nacional, que construiu o Ferrocarril Central Norte (Córdoba - Tucumán), mais tarde vendido aos ingleses (1887). Esta ferrovia permitia com grande rapidez e eficiência o abastecimento de Buenos Aires e do “litoral” com açúcar tucumano, e levava

artigos manufaturados britânicos, melhores e mais baratos, e carnes do Rio da Prata para Tucumán. Assim, não foi por acaso que a criação de gado e o artesanato declinaram na Província de Tucumán, bem como ascendeu o cultivo e refino da cana-de-açúcar, visto que os mercados platinos eram bastante amplos.

Segundo o artigo 67 da Constituição de 1853, eram “tarefas” do Estado:

“promover a indústria, a imigração, a construção de estradas de ferro, canais navegáveis, colonizar terras de propriedade nacional, introduzir e estabelecer novas indústrias, importar capitais estrangeiros e explorar rios interiores, por leis protetoras e por concessões temporárias de privilégios e recompensas de estímulos” (Prado, 1985 : 41-42).

Nota-se que Nicolás Avellaneda foi fidelíssimo à Constituição, bem como seus sucessores. As ferrovias, em especial, permitiam que os outros objetivos fossem alcançados ao facilitar a integração orgânica entre as economias regionalizadas, como a açucareira, com o restante da economia nacional. Elas vitalizavam certas regiões ao colocarem-nas próximas aos portos, estimulando o fluxo mercantil com o mercado exterior à província.

Afirma o historiador H. S. Ferns:

“Desde el punto de vista de los beneficios de una empresa económica, el ferrocarril a Tucumán era un acto rayano a la locura; pero como contribución a construir la nación argentina (...) era una empresa heroica” (Ferns, 1968 : 333).

De fato, através do Ferrocarril Central Norte foi possível unir a Argentina, garantir o poder para as oligarquias nacionais, além de tornar viável o take-off açucareiro de Tucumán, mas não se pode esquecer que esta mesma ferrovia, também soldava os interesses portenhos e britânicos aos interesses dos produtores e refinadores de cana-de-açúcar.

Assim, a construção do ramal ferroviário Córdoba - Tucumán só era uma loucura para aqueles que não viam os interesses em jogo, aliás, não eram poucos! Os ingleses lucravam com a venda do material ferroviário e das maquinárias aos engenhos. Os portenhos lucravam com o acesso barato a uma mercadoria largamente consumida pela população litorânea sem ter que importar o que implicaria em maiores gastos e fuga de divisas, além de obter apoio político para seus interesses. Os tucumanos, por sua vez, conseguiam uma inserção, senão hegemônica, ao menos muito privilegiada na economia nacional, obtendo poder e larga margem de lucros. Se foi possível o desenvolvimento de um “oásis” de economia moderna em Tucumán, num curto lapso de tempo (1876/1879), graças à expansão da cultura da cana-de-açúcar, cabe ressaltar que ela se deu, entre outros motivos, pela política de concessão de crédito e proteção aduaneira assegurada por Avellaneda e Roca (Halperin Donghi, 1982 : 150). Aqui, também, estes presidentes foram fiéis ao Artigo 67 da Constituição de 1853. Vê-se, pois, que o papel do Estado foi determinante para o take-off açucareiro de Tucumán, tanto através da construção de ferrovias na província, como na política de crédito e proteção alfandegária.

O Banco Provincial de Tucumán e vários outros Bancos Nacionais, como o Banco de La Nación e o Banco Hipotecário Nacional, foram os principais financiadores dos engenhos tucumanos, cabendo recordar que em 1896, a título de ilustração, o Banco Provincial de Tucumán possuía uma dívida global de 20 milhões peso/ouro! É oportuno ressaltar que este capital disponível foi obtido mediante empréstimos a bancos londrinos, além, é claro, de contar com a participação de grandes capitais portenhos vinculados à atividade exportadora-importadora, e de grandes capitais locais. O Estado oferecia garantia a esses empréstimos privados, comprometendo-se com o pagamento de 7% de juros ao ano para que os bancos jamais tivessem prejuízo, em caso da elite açucareira tucumana não conseguir saldar suas dívidas (Alimonda, 1979 : 278).

Sendo a política de créditos um fator decisivo para o take-off da elite açucareira de Tucumán, visto que permitia a rápida modernização dos engenhos através da compra de maquinarias inglesas, não

foi menos importante, neste contexto, a proteção alfandegária que preservava o mercado platino para o açúcar do noroeste argentino e, simultaneamente, estimulava o investimento naquele setor econômico, pois a demanda de açúcar refinado era sempre crescente. Até 1883, em pleno governo do Gen. Júlio A. Roca, o açúcar importado pagava um imposto geral de 25% *ad valorem*; nesta ocasião o imposto foi modificado, fixando-se uma taxa de 0,05 pesos-ouro por quilo, sendo elevada para 0,07 pesos-ouro em 1885, ano em que se acrescentou o imposto de 0,06 pesos-ouro sobre o açúcar importado no interior de cada província. Tais medidas protecionistas trouxeram efeito imediato. Em 1887, a produção nacional argentina de açúcar ultrapassou a marca de importação; em 1895 produzia-se 130.000 toneladas, importando-se apenas 5.652 toneladas; em 1896, a Argentina exportou 22.026 toneladas de açúcar e, em 1897, 41.734 toneladas! Tal transformação se deu em apenas 20 anos, sabendo-se que, em 1876, produziu-se 3.000 e, em 1895, 130.000 toneladas, respectivamente (Panettieri, 1986 : 175). Destarte, a Argentina, que importava açúcar de Cuba, Peru e Brasil, passou a exportá-lo para o Chile, o Paraguai e o Uruguai, mesmo que em pequenas quantidades, o que propiciou, por sua vez, alterações significativas no comércio bilateral com alguns latino-americanos.

Ainda com o intuito de estimular o cultivo e refino do açúcar, o presidente Roca, no “pacote” de medidas de 1883, rebaixou as tarifas ferroviárias a fim de baratear o frete de comercialização, estímulo, aliás, indiscutível ao produtor. No que tange ao governo provincial, este não se descuidou de seu papel em prol desta elite de grandes comerciantes-terratenientes, procurando manter a mais baixa possível carga tributária sobre o açúcar, tanto sobre os engenhos como sobre os cultivadores, compensando o déficit do erário público com a elevação de impostos sobre as manufaturas artesanais e outros cultivos. Lembre-se que o cultivo de algodão e as manufaturas têxteis foram praticamente liquidadas no período em questão, crescendo, todavia, a importação de têxteis ingleses, que saíam mais baratos para o consumidor, pois estavam livres de tantos tributos. Diante da falta de recursos internos para o tesouro provincial, o governo de Tucumán

recorreu aos impostos sobre os imóveis e os capitais de giro, mais uma vez poupando o setor açucareiro (Panettieri, 1986 : 33 e 176).

Após o exposto, percebe-se que uma questão ainda fica pendente de explicação: quem foi o trabalhador dos canaviais e engenhos tucumanos durante as décadas de 1880 e 1890? Antes de mais nada, é importante salientar que a mão-de-obra abundante e barata seria, também, ao seu modo, para estimular os investimentos no açúcar. Primeiramente, ao contrário do restante da Argentina, não foi o imigrante europeu que trabalhou nos canaviais, mas a população mestiça, desempregada, por não conseguir concorrer com o braço europeu nas melhores terras e nos centros urbanos, e desalojada de suas terras pelo processo de expansão do latifúndio, “regularização” da posse e especialização agrícola. Muitos bolivianos, paraguaios e indígenas recrutados na Patagônia e no Chaco prestaram serviços na Província de Tucumán.

Mesmo sendo verdade que a pequena propriedade camponesa se conservou em Tucumán, mais do que em qualquer outra província argentina, vivendo em dificuldades frente à expansão do latifúndio, ela gerou um excedente de mão-de-obra que se empregava nos grandes engenhos na época das colheitas, mediante assalariamento. De qualquer modo, na pequena propriedade camponesa ou chácaras, que cultivavam cana para vender aos engenhos, comumente denominados “cañeras”, prevalecia o trabalho familiar. Entretanto, nos engenhos, a maior parte da mão-de-obra era apenas assalariada na aparência, pois reproduziam-se as relações pré-capitalistas de produção, como o sistema de “conchabamiento”.

O “conchabamiento” se assemelhava ao sistema de “yanaconaje” peruano, de “inquilinaje” chileno, de “terrazgueros” mexicano, ou “acassilado”, em termos mais genéricos. O trabalhador era contratado, mediante acordo verbal, para um certo tipo de trabalho, comprometendo-se a comprar tudo o que necessitasse para sobreviver, bem como os instrumentos de trabalho, na “tienda de raya” ou “pulpéria”, armazém do patrão, onde eram registrados os gastos num valor acima do real, quer por “engano”, quer porque eram cobrados preços bem mais elevados do que o corrente nos mercados. En-

dividido, o trabalhador não podia deixar a “hacienda cañara”. Era este o trabalhador permanente, enquanto na época do corte de cana, quando a demanda de mão-de-obra era maior, recorria-se ao assalariamento dos “cañaros” das vizinhanças e dos desempregados urbanos, atraídos pelos salários (Cardoso, 1985 : 49).

O “conchabador” podia ser o próprio proprietário do engenho ou um seu intermediário - na maior parte das vezes - que aliciava os trabalhadores oferecendo “antecipos” (dinheiro adiantado) e acertando o contrato durante uma bebedeira que selava a repentina amizade. Impossibilitado de pagar a dívida contraída ou por ter sido enganado, o trabalhador transferia-se com a família para o engenho, onde recebia uma choupana para residir, uma ração alimentar da “pulpéria”, etc., criando novas dívidas. A malária, a tuberculose e o tracoma eram crônicos na região. Essa associação de coisas tornava o trabalho tucumano menos eficiente do que aquele de Buenos Aires e do “litoral”, mas o investimento era tão baixo e os lucros tão elevados, que os donos de engenhos não se preocupavam com a saúde e as condições de vida do trabalhador, ou melhor, do “conchabado” (Rennie, 1975 : 143).

O “conchabamiento” até se institucionalizou em 1888, pela “Ley Provincial de Tucumán nº 582”, derogada, porém, em 1896, sob pressão da União Cívica Radical, mas o sistema permanecia. Pela lei, o trabalhador ficava plenamente sujeito ao patrão, que adquiria poder de vida e morte sobre o “conchabado”, em nome de um pretenso paternalismo, visto a alegação de que os trabalhadores não sabiam empregar o próprio dinheiro! Desde 1856, pela “Ley Provincial de Tucumán nº 73”, o patrão era reconhecido em suas terras como “magistrado doméstico”, com poder policial para fazer seus empregados cumprirem as leis nacionais e as ordens de trabalho, prendendo e executando pessoas de ambos os sexos que infringiam os costumes estabelecidos (Alimonda, 1979 : 284). Certamente, os “cañeros” ou chacareiros não ficavam completamente imunes a esta legislação, mesmo não “fazendo parte” das terras do latifundiário, pois prestavam serviços em época de colheitas.

Obviamente, tentativas de fugas e rebeliões não foram pou-

cas, pois a jornada diária atingia 10 a 12 horas, e em época de colheita alcançava 14 horas, e sem direito a descanso ou reclamação, aliás punida com multa (elevava a dívida), nem suspensão do trabalho diante de intempéries naturais. O domingo, dia de missa, era respeitado e o “conchabado” tinha direito à carne assada, bolacha ou empanada, porém em quantidade irrisória. Ao que tudo indica, a vida do camponês chacareiro não devia ser muito melhor, na medida em que, para obter maior lucratividade, especializou-se no cultivo de cana, sendo obrigado a comprar na cidade os gêneros de que carecia, os quais, por sua vez, eram caros, visto serem importados de outras províncias ou do exterior. Isto também esclarece a crescente concentração das terras provinciais, pois era freqüente o endividamento do “cañero” frente ao engenho, mecanismo utilizado para manter o abastecimento deste último com cana mais barata, redundando em hipotecas e confisco da terra camponesa. É possível que os “trabajadores de planta” (da maquinaria do engenho) tivessem melhores condições de vida em função do tipo e responsabilidade pelo trabalho realizado, posto que eram os trabalhadores que melhor podiam boicotar a produção.

Se a maior parte dos trabalhadores tucumanos no açúcar eram criollos de descendência espanhola ou mestiços de espanhóis e índios, estes não eram os únicos. Havia alguns ingleses e espanhóis na assistência técnica aos engenhos, muitos índios chiriguano e matabos, vindos do Chaco, conquistado do Paraguai nos anos de 1870. Avellaneda deportou-os em número significativo para facilitar a colonização do Chaco com colonos europeus. Roca, por seu turno, ao promover a “conquista do deserto” da Patagônia, enviou para Tucumán levas de índios para que fossem distribuídos nos engenhos ao melhor estilo do “repartimiento” da época colonial. Em geral, a vida destes índios era curta nos engenhos, já que não se adaptavam nem ao trabalho, nem às condições naturais. Paraguaio e boliviano fugidos das revoluções que assolavam seus países e do desemprego, também lá se empregavam, por vontade própria ou por “conchabamiento”. A pobreza da Província de Santiago del Estero fez com que se tornasse significativo o engajamento dos locais nos engenhos tucumanos (Panittieri, 1986 : 35).

Neste processo, visualiza-se como o aparato militar do Estado, em especial no caso do recrutamento indígena, acompanhou o processo de acumulação capitalista favorecendo diretamente as oligarquias regionais, soldando-as no seio do Estado Nacional. Enquanto Avellaneda e Roca conquistavam terras para as oligarquias portenhas (Patagônia) e “litorâneas” (Chaco), forneciam para as oligarquias interioranas, no caso tucumana, a mão-de-obra necessária para pôr em funcionamento a economia açucareira, base de sustentação econômica e política daquela oligarquia regional que só podia ter seus interesses satisfeitos em aliança com os outros segmentos regionais oligárquicos. Este foi um outro instrumento que levou à consolidação do Estado Nacional Argentino, pois a necessidade da mão-de-obra em Tucumán encontrou correspondência na busca de “terras vazias” por parte da oligarquia platina. Era a aliança do açúcar ao gado, do interior ao “litoral”, tendo por intermediários os ingleses, que construíram a maior parte das ferrovias e que forneceram os capitais para a montagem de engenhos e frigoríficos. Entretanto, essa “modernidade” econômica da Argentina, exaltada pelas oligarquias e pelo Estado Liberal, não significou nada para os “conchabados” e os “peones”, sustentáculos do sistema, mas não seus beneficiários.

Enfim, conforme a proposta inicial deste ensaio, que era estudar as especificidades do desenvolvimento de cana-de-açúcar na Província de Tucumán (Argentina) desde suas origens ao grande boom do século XIX, acreditamos ser chegado o momento de tecer algumas considerações finais.

Primeiro, é impossível a compreensão da prosperidade econômica tucumana, no século XIX, sem considerar o papel-chave assumido pelo cultivo e refino do açúcar. A importância desta mercadoria, dinamizando economias do interior argentino e vinculando-se à região litorânea, garantia da unidade nacional, só pode ser entendida tendo em vista o papel assumido pelo Estado na condução daquele desenvolvimento, bem como a lucidez da elite local, conhecedora da experiência jesuítica com o trato do açúcar e cônica das próprias dificuldades para se inserir no mercado mundial. Se a garantia da pros-

peridade argentina ao nível internacional era a exportação da carne, lã e cereais da região litorânea, a garantia da prosperidade tucumana era a manutenção de fortes e estreitos vínculos com a mencionada região, daí, inclusive, o esforço conjunto para acordos políticos que mantivessem o país coeso e pacificado, meio para obtenção de capitais e mercados no exterior, única forma de atender aos diferentes anseios, aparentemente contraditórios, dos diferentes segmentos da oligarquia nacional argentina.

Segundo, o açúcar gerou, na Província de Tucumán, uma elite latifundiária-mercantil, semelhante àquela de Buenos Aires e do “litoral”, homogeneizando a estrutura produtiva nacional. Mesmo havendo uma forte presença de “cañeros” ou chacareiros monocultores de cana, estes estavam plenamente subordinados aos proprietários de engenhos; se esta pequena propriedade não desapareceu, não se deve apenas à resistência camponesa, mas à própria dinâmica do engenho, que preferia subordinar os “cañeros” a arcar com o ônus de todo o cultivo, visto as oscilações de preços no mercado. Assim, a agroindústria de Tucumán assumiu um nítido caráter capitalista, apesar de sua peculiaridade, qual seja, não ter dissociado plenamente o camponês de seus meios de produção. O fato de que a lavoura canavieira empregou, na maior parte dos casos, o mecanismo de “conchabamiento” -forma assalariada de produção apenas na aparência- não reduz o caráter de uma produção capitalista, pois foi o meio encontrado pela oligarquia tucumana para acelerar a acumulação interna de capital, sabendo-se que o maquinário importado da Grã-Bretanha, para estruturar e fazer funcionar os engenhos, era extremamente caro. As razões desta especificidade podem ser buscadas nas circunstâncias e no processo histórico da implantação dos engenhos na região, onde a força de trabalho foi submetida a todo tipo de exploração imaginável para garantir o rápido boom açucareiro.

Terceiro, não se pode desprezar o capital britânico que aflui à Argentina de diferentes modos, contribuindo de modo decisivo para o desenvolvimento do açúcar, seja pela via direta, venda de maquinário a crédito e interferência no setor ferroviário, seja pela via indireta,

empréstimos aos governos nacional e provincial ou controlando grandes casas exportadoras-importadoras. A contrapartida imediata foi a destruição da pujante manufatura artesanal local e o fim da secular diversificação econômica provincial, acabando com a mística do “Jar-dim de La República” atribuída à Província de Tucumán. Era o preço pago, sem reclamações, por uma elite oligárquica que viu no açúcar o único instrumento para consolidar sua hegemonia provincial e sua participação decisiva no cenário nacional argentino.

Em suma, se a oligarquia tucumana pode integrar-se com êxito no sistema econômico nacional, mediante o abastecimento do mercado interno argentino de açúcar e derivados, não é menos verdade que ela, também, tornou-se muito vulnerável diante de qualquer crise internacional que afetasse Buenos Aires e a região litorânea. O “alerta” veio na crise mundial da década de 1890, mas era apenas um “alerta” que ela fingiu não perceber. Atitude semelhante assumiu diante do Brasil, na mesma década, quando este país acenou para a compra da produção cerealífera excedente da Argentina, mas exigia, em troca, a abertura dos mercados platinos para o açúcar brasileiro. Entretanto, o poder nacional da oligarquia de Tucumán era suficientemente forte ainda para se fazer de surda aos apelos do “litoral” argentino, no sentido de uma inserção alternativa do país no âmbito do capitalismo internacional e na América Latina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALIMONDA, Héctor A. *De la Colonia al Estado Oligárquico*. Buenos Aires : Facultad Latinoamericana de Ciências Sociais, 1979, mimeografado.
- BRIGNOLI, Héctor Pérez & CARDOSO, Ciro Flamarion S. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro : Graal, 1984.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo : Ática, 1985.

- CORTÉS CONDE, Roberto & GALLO, Ezequiel. La formación de la Argentina moderna. In: "*La República Conservadora*". Buenos Aires : Ed. Paidós, vol. 5, 1972.
- CUEVA, Agustin. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo : Global, 1983.
- FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina em el siglo XIX*. Buenos Aires : Solar/Hachette, 1968.
- GARCIA, Emanuel Soares da Veiga. *O comércio ultramarino espanhol no Prata*. São Paulo : Perspectiva, 1982.
- GIMÉNEZ ZAPIOLA, Marcos. *El régimen oligárquico*. Buenos Aires : Amorrortu, 1975.
- HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro : Eldorado, 1974.
- MORNER, Magnus. *Actividades políticas y económicas de los jesuitas en el Rio de Prata*. Buenos Aires : Hyspamérica Ediciones, 1985.
- ORTIZ, Ricardo M. *História econômica de la Argentina*. Buenos Aires, 1955.
- PALACIO, Ernesto. *História de la Argentina*. 15. ed. Buenos Aires : Abeledo-Perrot, 1988.
- PANETTIERI, José. *Argentina: História de un País Periférico (1860-1914)*. Buenos Aires : Centro Editor de América Latina, 1986.
- PINTO, Júlio Pimentel. *O caudilhismo*. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- PRADO, Maria Lígia. *A formação das Nações Latino Americanas*. São Paulo : Atual, 1985.
- RENNIE, Ysabel Fisk. *The Argentine Republic*. Buenos Aires : MacMillan Company, 1975.